



# ASFIC PJ

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A presente política de proteção de dados aplica-se aos associados da ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA (ASFIC/ PJ).

A ASFIC/PJ recolhe dados pessoais dos seus associados, nomeadamente através do preenchimento de formulários, designadamente formulários eletrónicos disponibilizados no sítio [www.asficpj.pt](http://www.asficpj.pt) para diversas finalidades, conforme abaixo se indicará. A presente política de proteção de dados visa prestar informação aos associados sobre a forma como a sua informação pessoal é recolhida e utilizada pela ASFIC/PJ, em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (RGPD) e da Lei 58/2019 de 8 de agosto.

### **RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO**

Os dados pessoais são recolhidos e tratados pela Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária (ASFIC/PJ) - NIPC 501638687, com sede na Rua Gomes Freire, nº 174, 1169-007 Lisboa, Tel.: +351 213 151 857 e endereço eletrónico: e-mail: [geral@asficpj.pt](mailto:geral@asficpj.pt) na qualidade de Responsável pelo Tratamento.

### **DADOS PESSOAIS, FINALIDADES DE TRATAMENTO E LEGITIMIDADE**

Os dados pessoais são recolhidos diretamente do titular dos dados. O titular deve fornecer o seu **consentimento** para o tratamento dos seus dados pessoais no momento da recolha dos mesmos, o qual consiste numa manifestação de vontade, livre, específica, informada e específica, pela qual aceita o tratamento mediante uma declaração escrita.

Os dados pessoais são utilizados, designadamente para o fornecimento dos serviços requisitados e para responder às necessidades dos associados. A ASFIC/PJ recolhe e trata os dados pessoais dos associados para uma ou mais das seguintes razões:

- a. porque é obrigada a fazê-lo para cumprimento de obrigações legais;
- b. porque o tratamento dos dados pessoais é necessário à execução de contrato;



## ASFIC PJ

- c. porque os dados pessoais revestem-se de uma particular relevância para a ASFIC/PJ e existe um interesse legítimo para o seu tratamento, nos termos legais; ou
- d. com base no consentimento dos titulares dos dados (neste caso, o consentimento poderá ser revogado, a qualquer momento, sem que fique prejudicado o tratamento anterior efetuado com base no consentimento)

Dados Pessoais <sup>1</sup>	Finalidade <sup>2</sup>	Fundamento Legal de legitimidade <sup>3</sup>
Nome, morada, telefone, endereço eletrônico, categoria profissional [...]	Admissão da inscrição e filiação sindical	Tratamento necessário no âmbito de atividades legítimas por associação sem fins lucrativos e que prossegue fins sindicais.
Nome, [...]	Atribuição de assistência jurídica	Necessário à execução de contrato
Nome, [...]	Prestação de serviço de apoio psicológico	Necessário à execução de contrato
Nome, [...]	Inscrição em seminários, conferências e outros eventos	Interesse legítimo e consentimento

<sup>1</sup> Indicar quais são os dados pessoais solicitados

<sup>2</sup> Indicar a que finalidade de destina a recolha dos dados pessoais, para que efeito.

<sup>3</sup> Em face dos concretos dados pessoais em causa e da finalidade da recolha, será indicado o(s) fundamento(s) legal(ais) da recolha.



# ASFIC PJ

## **DADOS DE MENORES**

Os dados de menores de idade são recolhidos e processados com o consentimento dos pais ou de um responsável legal. Relativamente a estes dados, os pais ou os responsáveis legais podem exercer os direitos que o RGPD e que a Lei 58/2019 de 08 de agosto concedem aos titulares de dados.

## **COMUNICAÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

No âmbito da sua atividade, a ASFIC/PJ poderá recorrer a terceiros prestadores de serviços (ex: empresas de serviços de tecnologias da informação, etc.), as quais poderão ter acesso aos seus dados pessoais, tratando-os por conta e segundo instruções da ASFIC/PJ. Tais entidades subcontratantes estão vinculadas por contrato que impõe a implementação e manutenção de medidas adequadas de segurança da informação relativamente a todos os dados pessoais que tratem por conta da ASFIC/PJ.

## **TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS**

A ASFIC/PJ não transfere, por regra, os seus dados pessoais, para Países terceiros. Nas circunstâncias em que a ASFIC/PJ necessite de transferir dados pessoais para Países terceiros, essa transferência será feita em cumprimento das obrigações decorrentes da legislação sobre dados pessoais aplicável. No caso de transferência de dados para países terceiros deverá ser dado conhecimento antecipado da operação ao titular dos dados, podendo este opor-se à transferência dos mesmos.

Em concreto, a ASFIC/PJ certifica-se que a transferência é efetuada através de instrumentos adequados, por exemplo, com base nas cláusulas contratuais modelo aprovadas pela Comissão Europeia. Podem encontrar cópia dessas cláusulas aqui:

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX%3A32010D0087>

## **SEGURANÇA**

A ASFIC/PJ toma as medidas apropriadas para proteger os dados pessoais em conformidade com a legislação de proteção de dados aplicável.

## **CONSERVAÇÃO**

A ASFIC/PJ conserva os dados pessoais pelo período necessário às finalidades descritas na presente política de proteção de dados, salvo se superior período de conservação for exigido ou permitido por lei.



# ASFIC PJ

Os critérios usados para determinar o período de conservação incluem: (a) revogação de consentimento por parte dos titulares dos dados (quando aplicável); (b) a circunstância de ser obrigatório manter os dados para cumprimento de obrigação legal a que a ASFIC/PJ esteja vinculada; e/ou (c) conforme recomendável tendo em conta a posição legal da ASFIC/PJ (por exemplo períodos de prescrição, caducidade, processos administrativos/judiciais existentes).

## **DIREITOS RELATIVOS AOS DADOS PESSOAIS**

Os titulares dos dados podem exercer os seus direitos, abaixo descritos, nas condições legais aplicáveis:

a. Direito de aceder aos seus dados pessoais e direito de os corrigir

O titular dos dados tem o direito retificar os seus dados pessoais. O titular dos dados pode ainda aceder aos seus dados pessoais, bem como a obter as seguintes informações: (a) finalidades para as quais os seus dados pessoais são tratados; (b) tipo de dados pessoais que são tratados; (c) entidades a quem os seus dados pessoais podem ser comunicados, incluindo entidades localizadas em países fora da União Europeia ou organizações internacionais, sendo neste caso informado das garantias aplicadas à transferência dos seus dados e aos meios de obter cópia das mesmas, ou onde foram disponibilizadas; (d) prazo de conservação dos seus dados ou, se tal não for possível, os critérios para fixar esse prazo; (e) direitos de que goza em relação ao tratamento dos seus dados pessoais; (f) se os dados pessoais não tiverem sido recolhidos junto de si, informações sobre a sua origem e tipo de dados em questão; e (g) existência de decisões individuais automatizadas, incluindo definição de perfis, e, nesse caso, informações sobre a lógica subjacente a esse tratamento, bem como sobre a importância e consequências para si, previstas daquele tratamento dos dados.

O titular dos dados deverá manter os seus dados pessoais atualizados e informar por escrito das suas alterações significativas.

b. Direito ao apagamento

O titular dos dados tem o direito de obter o apagamento dos seus dados pessoais, sem demora injustificada, quando se aplique um dos seguintes motivos:

- Os dados pessoais deixaram de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;



## ASFIC PJ

- O titular dos dados retira o consentimento em que se baseia o tratamento dos dados nos, se não existir outro fundamento jurídico para o referido tratamento;
- Os dados pessoais foram tratados ilicitamente;
- Os dados pessoais têm de ser apagados para o cumprimento de uma obrigação legal a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito.

### c. Portabilidade dos Dados Pessoais

Nos casos em que a ASFIC/PJ invoque como fundamento de legitimidade para o tratamento, o consentimento do titular dos dados ou o facto de o tratamento ser necessário para o cumprimento de um contrato, e os dados pessoais sejam tratados de forma automatizada, o titular dos dados tem direito a receber os dados pessoais que tiver fornecido à ASFIC/PJ num formato estruturado, aberto, de uso corrente e de leitura automática, e a exigir à ASFIC/PJ que esta os transmita a outro responsável pelo tratamento quando tal seja viável em termos técnicos.

### d. Direito à limitação do tratamento

O titular dos dados tem direito a limitar o tratamento dos seus dados pessoais, no caso de:

- O titular dos dados contestar a exatidão dos dados pessoais, até a ASFIC/PJ ter adotado medidas suficientes para corrigi-los ou para verificar a sua exatidão;
- O tratamento ser ilícito, mas o titular dos dados não querer que a ASFIC/PJ apague os dados;
- A ASFIC/PJ já não precisar dos dados pessoais para fins de tratamento, mas esses dados serem requeridos pelo titular para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial; ou
- O titular dos dados se ter oposto ao tratamento por motivos de interesse legítimo (ver infra), até se verificar se a ASFIC/PJ possui motivos legítimos imperiosos para continuar o tratamento.

Nos casos em que os dados pessoais estejam sujeitos a estas limitações, a ASFIC/PJ apenas procederá ao seu tratamento com o consentimento do titular dos dados ou para efeitos da declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

### e. Direito de oposição



## ASFIC PJ

O titular dos dados tem o direito de se opor ao tratamento dos seus dados pessoais a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, nas seguintes situações:

- Quando o tratamento dos dados se basear no interesse legítimo da ASFIC/PJ;
- Quando o tratamento dos dados for realizado para fins diversos daqueles para os quais foram recolhidos, mas que sejam compatíveis com os mesmos;
- Tratamento de dados para fins de marketing direto, incluindo a definição de perfis.

Nestes casos, a ASFIC/PJ deixará de tratar os dados pessoais, a não ser que tenha razões legítimas para realizar esse tratamento e que estas prevaleçam sobre os interesses dos respetivos titulares.

f. Direito a não ficar sujeito a decisões individuais exclusivamente automatizadas

A ASFIC/PJ não tomará decisões que afetem o titular dos dados pessoais com base em processos exclusivamente automatizadas

g. Direito de retirar o consentimento

Nos casos em que a ASFIC/PJ invoque como fundamento jurídico para o tratamento o consentimento, o titular dos dados tem o direito de retirar o consentimento, a qualquer momento. A retirada do consentimento não afeta a licitude do tratamento realizado anteriormente com base no consentimento.

h. Direito a apresentar reclamações

O titular dos dados tem igualmente direito a apresentar uma reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados ([www.cnpd.pt](http://www.cnpd.pt)), caso considere que o tratamento dos seus dados pessoais viola a legislação aplicável.

### **CONTACTOS E EXERCÍCIO DE DIREITOS**

Para qualquer questão relacionada com privacidade ou exercício dos de direitos, o titular dos dados pessoais poderá contactar a ASFIC/PJ através de envio de email para [geral@asficpj.pt](mailto:geral@asficpj.pt).

O exercício pelo titular dos dados pessoais dos direitos acima indicados é gratuito, a menos que o pedido seja manifestamente infundado ou excessivo, podendo, nesses casos, ser cobrada uma taxa razoável considerados os custos associados.



# ASFIC PJ

## **ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS**

Pode contactar o *Encarregado de Proteção de Dados* da ASFIC/PJ, responsável pelas matérias de dados pessoais, através do endereço [dpo@asficpj.pt](mailto:dpo@asficpj.pt).

## **AUTORIDADE DE CONTROLO**

Caso exista problema relacionado com o tratamento de dados pessoais efetuado pela ASFIC/PJ, o titular dos dados pode apresentar reclamação junto da respetiva autoridade de controlo - *Comissão Nacional de Proteção de Dados*, nos termos da lei.

## **UTILIZAÇÃO DE COOKIES:**

Durante a navegação no site da ASFIC/PJ podem ser utilizados cookies (pequenos ficheiros de texto contendo informação sobre prévios acessos a este site, que ficam gravados no seu computador e que podem ser posteriormente utilizados quando voltar a aceder a este site) com a finalidade de melhorar o serviço ao utilizador. O titular ou utilizador pode a qualquer momento configurar o seu navegador para não guardar estes elementos, bem como eliminar os mesmos do seu computador, não sendo partilhados com terceiros.

No website poderá ainda encontrar links de acesso a outros websites de entidades com as quais o SBC se relaciona, não se responsabilizando, porém, pela recolha, tratamento ou funcionalidade dos websites pertencentes a terceiros.

## **ALTERAÇÕES À PRESENTE POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS**

A ASFIC/PJ pode alterar ou atualizar a presente política de proteção de dados em qualquer momento, informando os titulares dessas alterações ou atualizações mediante publicação na página online, atualizando a presente política de proteção de dados atualizada.